



Número: **0000058-17.2019.8.17.2870**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Lagoa do Itaenga**

Última distribuição : **27/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
R. D. S. M. (AUTOR)		JOSE FRANCISCO ARRUDA ALVES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) FRANCISCO ALVES DE VASCONCELOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43000848	27/03/2019 10:54	Petição Inicial	Petição Inicial
43001184	27/03/2019 10:54	Ação de Cobrança - DPVAT Morte	Petição em PDF
43001205	27/03/2019 10:54	PROCURAÇÕES	Procuração
43001242	27/03/2019 10:54	Docs. Pessoais - Renildo da Silva Moura	Documento de Identificação
43001264	27/03/2019 10:54	Certidão de Óbito	Documento de Comprovação
43001278	27/03/2019 10:54	Boletim de Ocorrência - Rosenildo Dionísio	Documento de Comprovação
43001322	27/03/2019 10:54	Docs. Pessoais - Adélia Maria da Silva	Documento de Identificação
43659105	26/04/2019 09:04	Despacho	Despacho
44865174	09/05/2019 11:56	Certidão	Certidão
44865180	09/05/2019 11:56	Carta de Citação nº 2019.0098.001011 Proc. 058-17.2019.8.17.2870 PJE	Carta
44866227	09/05/2019 12:03	Intimação	Intimação

RENILDO DA SILVA MOURA: pernambucano, menor, nascido em 15.05.2002, filho de Rosenildo Dionísio de Moura e Adélia Maria da Silva, portador do CPF Nº 123.438.424-85 e RG Nº 10.435.185, domiciliado em Lagoa de Itaenga (PE) e residente na rua Mariano Manoel da Silva, nº 57 – Vila Boa Esperança, CEP 55.840-000, nesse ato assistido por sua genitora Adélia Maria da Silva, por intermédio de seus bastante procuradores e Advogados, firmatários, com instrumento procuratório incluso (Doc. 01) e endereço profissional constante do rodapé desse formulário,) para os efeitos do inciso I, do Art.105, CPC, constante do rodapé deste formulário, **VEM**, perante V.Exa. apresentar **a PRESENTE:**

AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT

CONTRA:



SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT

SA: Pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o N° 09.248.608/0001-04, situada à Rua da Assembléia, N° 100, 26° andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20.011-904, pelos fatos e motivos que passa a expor.

PRELIMINAR

Dos Benefícios da Justiça Gratuita:

Requer, como de fato e de direito fica ora requerido, os benefícios da justiça gratuita por ser o autor nos termos do art. 98, CPC conforme declaração em apenso (Doc.2). Indicando, de logo para seu defensor o subscritor da presente.

- DA AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO:

I – É bem verdade que o falecimento do pai do requerente em acidente envolvendo motocicleta ocorrera em 24.05.2012, conforme documentação em apenso.

II – Sabe-se perfeitamente, apesar de não se guiar por esse entendimento que somente busca privilegiar o Poder Público, que o STJ emitira decisão onde entende como prazo prescricional para o recebimento do seguro DPVAT o período de 03 (três) anos, equiparando-o a uma simples reparação civil.

III – Todavia, in casu, tem-se que ressaltar a ocorrência do art. 198, I, e art. 3º, ambos do CCB que estabelecem:

“...São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos...” – Art. 3º, CCB.



“...Também não corre a prescrição: I - contra os incapazes de que trata o art. 3º...” – Art. 198, CCB.

IV – O autor nascera em 14/05/2002, estando atualmente com 16 (dezesseis) anos de idade. Logo, o prazo prescricional, mesmo o óbito tendo ocorrido em 24.05.2012, não transcorrerá.

POSTO ISSO, requer a V. Exa, de logo, o afastamento da hipotética prescrição constante do art. 206, §3º, do CCB, pelos fatos e fundamentos acima expostos.

DOS FATOS

1 – Trata-se de seguro devido em face de acidente ocorrido em 24.05.2012 que ocasionou o óbito de Rosenildo Dionísio de Moura, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência, em anexo.

2 – O requerente por ser filho do falecido é credor da demandada quanto o valor correspondente ao seguro DPVAT por morte, nos termos do art. 3º, inc. I, da Lei Nº 6.194 de 19 de Dezembro de 1974, que diz:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte...”

3 – Foram realizadas algumas tentativas de recebimento do mencionado crédito de forma amigável. Todavia, a demandada se nega a receber o requerimento utilizando-se do instituto da prescrição, o qual não se aplica in casu.



4 – Assim, não ouve e não há outra possibilidade a não ser o ajuizamento da presente ação para que o menor veja seu direito reconhecido e efetivado.

DO DIREITO

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. I- CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Em se tratando de ação de cobrança de seguro DPVAT, a correção monetária incide a partir da data do sinistro, ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça. II- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. Restando configurada a sucumbência recíproca, devem ser as partes condenadas, proporcionalmente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ainda que uma delas seja beneficiária da assistência judiciária, ficando suspensa a



cobrança para essa última, segundo o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 1.060/50, não havendo se falar do limite de 15% previsto nessa lei, uma vez que ele foi revogado pelo Código de Processo Civil de 1973. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO – AC: 04374876620148090051, Relator: DES. GERSON SANTANA CINTRA, Data de Julgamento: 23/08/2016, 3A CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: DJ 2111 de 15/09/2016)

DOS PEDIDOS

POSTO ISSO, requer, a V. Exa., como de fato e de direito fica ora requerido, uma vez ultrapassadas a preliminar acima argüidas, de acordo com todo o supra articulado, e a teor dos normativos já citados:

I – A condenação da Requerida em indenização ao autor no valor R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) reais, o qual deverá ser devidamente atualizado desde o falecimento (24.05.2012);

II – Requer também, a aplicação do disposto art. 85, do Código de Processo Civil, com o pagamento pelo Requerido das custas judiciais, honorários advocatícios, à base de 20% do valor final da condenação e demais cominações legais.

III - A citação da Requerida, por seus representantes legais, para conhecimento dos termos desta Ação, para oferecer, querendo, suas defesas, sob pena de revelia e confissão, devendo comparecer às audiências designadas por V. Exa., acaso julgadas necessárias.

IV - Protesta por todas as provas admitidas em direito, caso necessárias. Tais como: testemunhais, documentais, periciais e etc, a teor dos art. 369 e 446 do CPC.



Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), apenas para efeitos fiscais.

Nestes Termos

Espera Deferimento

Limoeiro (PE), 22 de Março de 2019.

Bel. José Francisco A A de Vasconcelos

OAB PE 23.242

